



**CONSULADO-GERAL DE PORTUGAL  
EM MAPUTO**

**VISTO DE ESTADA TEMPORÁRIA PARA TRABALHO SAZONAL POR PERÍODO  
SUPERIOR A 90 DIAS (MÁXIMO DE 270 DIAS NUM PERÍODO DE 12 MESES)**

<b>Nome(s) e Apelido(s) do requerente:</b>		
<b>Endereço de correio eletrónico (Email):</b> <b>Contacto telefónico direto:</b>		
<b>Motivo da deslocação a Portugal:</b>		
<b>REQUISITOS GERAIS</b>		
	<b>SIM</b>	<b>EM FALTA</b>
<b>Formulário de pedido de visto nacional</b> preenchido na íntegra e assinado pelo requerente;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>2 Fotografias</b> iguais, tipo passe, atualizadas e em boas condições de identificação do requerente (1 colada no formulário).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Passaporte</b> ou outro documento de viagem, com validade superior em, pelo menos, três meses à duração da estada prevista. Fotocópia da página biográfica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Comprovativo da situação regular</b> , caso seja de outra nacionalidade que não a do país onde solicita visto, com validade superior à data do término do visto que solicita.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Seguro de viagem válido</b> , que permita cobrir as despesas necessárias por razões médicas, incluindo assistência médica urgente e eventual repatriamento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Certificado de registo criminal</b> emitido pela autoridade competente do país de nacionalidade do requerente ou do país em que reside há mais de um ano, com Apostila de Haia (se aplicável) ou legalizado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cópia de <b>título de transporte</b> de regresso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comprovativo <b>de meios de subsistência</b> .	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>DOCUMENTOS ESPECÍFICOS</b>		
Contrato ou promessa de contrato de trabalho válidos para o exercício de trabalho sazonal celebrado com empresa de trabalho temporário ou empregador estabelecido em território nacional que identifique o local, o horário e o tipo de trabalho, duração, remuneração e férias pagas a que o trabalhador tem direito; e	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Declaração emitida (quando aplicável) por entidade competente para a verificação dos requisitos do exercício de profissão que em Portugal se encontra sujeita a qualificações especiais; e	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contrato de arrendamento ou contato de comodato de alojamento ou termo de responsabilidade da entidade empregadora quanto à disponibilidade de alojamento com indicação das suas condições, caso as condições de alojamento não constem do contrato ou da promessa de contrato de trabalho; e	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



**CONSULADO-GERAL DE PORTUGAL  
EM MAPUTO**

Comprovativo do seguro de saúde ou prova de proteção adequada; e,	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comprovativo do seguro de acidentes de trabalho (disponibilizado pela entidade empregadora).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Enquadramento na Lista de sectores de emprego de Trabalho Sazonal:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;</li> <li>• Alojamento, restauração e similares;</li> <li>• Indústrias alimentares, das bebidas e tabacos;</li> <li>• Comércio por grosso e a retalho;</li> <li>• Construção;</li> <li>• Transportes terrestres.</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>VISTO DE ESTADA TEMPORÁRIA PARA TRABALHO SAZONAL POR PERÍODO SUPERIOR A 90 DIAS (MÁXIMO DE 9 MESES NUM PERÍODO DE 12 MESES) – ACORDO SOBRE A MOBILIDADE DA CPLP</b>		
<b>Os cidadãos da CPLP são dispensados da apresentação de:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Seguro;</li> <li>• Título de transporte de regresso; e,</li> <li>• Meios de subsistência, <b>mediante a apresentação de termo de responsabilidade</b>, com assinatura reconhecida, subscrito por cidadão português ou cidadão estrangeiro habilitado, com documento de residência em Portugal, que garanta a alimentação e alojamento ao requerente do visto, bem como a reposição dos custos de afastamento, em caso de permanência irregular, acompanhado de: <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Certificado de constituição do agregado familiar</b> do subscritor;</li> <li>- <b>Declaração de IRS</b> do subscritor (último ano); e</li> <li>- <b>Extrato bancário</b> do subscritor (últimos 3 meses).</li> </ul> </li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Procedimento simplificado no segundo pedido:</b> O nacional de Estado terceiro que tenha sido admitido para efeitos de trabalho sazonal em território nacional, pelo menos uma vez nos últimos cinco anos, e que tenha cumprido o disposto na lei quanto à entrada e permanência em território nacional, beneficia de procedimento simplificado na concessão de novo visto de estada temporária para trabalho sazonal, designadamente <b>é dispensado</b> da apresentação dos documentos referidos nas alíneas c) a e) do n.º 1 do artigo 51.º-A da Lei 23/2007 de 4 de junho ( <b>alojamento, comprovativo de profissão regulamentada e título de transporte de regresso</b> ) e o seu pedido deve ser tratado como prioritário, não podendo o prazo de decisão exceder 15 dias.		

**Nota:**

- Consulte a legislação em vigor em <https://vistos.mne.gov.pt/pt/vistos-nacionais/legislacao-nacional>